

TURISMO CULTURAL COMO FORMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PARA AS COMUNIDADES LOCAIS

*Prof. Dr. Marcelo Ribeiro¹
Prof. Dr. Eurico de Oliveira Santos²*

Resumo: O presente artigo busca estabelecer relações entre o fenômeno do turismo cultural e a educação patrimonial, como mecanismo de valorização e de pertencimento das comunidades locais ao patrimônio e mesmo como forma de encarar o turismo como parte de uma dinâmica de preservação e os turistas como atores interativos e ao mesmo tempo complementares no processo de valorização e de incentivo a manutenção do patrimônio.

Palavras Chave: Educação patrimonial, turismo cultural, comunidades locais, patrimônio material e imaterial

Abstract: This article search explain the relations about cultural tourism and heritage education, the mechanism of value and make stakeholders in the local communities, in the same side of tourism see the dynamic methods of preservation and interactions of the tourists, and the local community in the process of values and incentive the maintain of heritage.

Key words: Heritage education, cultural tourism, local communities, intangible and tangible heritage.

¹Doutor em Turismo pela Universidade de Lãs Palmas de Gran Canária – ULPGC. Bacharel em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul PUC-RS. Professor da Universidade Federal de Alagoas - UFAL - Pólo Penedo.

² Doutor em Ciências Agropecuárias pela Universidade Autônoma do Estado do México – UAEM. Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Engenheiro Agrícola pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA. Bacharel em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul PUC-RS.

Introdução

O transcorrer do tempo faz com que os indivíduos e os grupos contraponham presente e passado, fundamentando assim a noção de continuidade e de mudanças históricas e culturais. O patrimônio é então elo de ligação entre o passado, presente e futuro, de acordo a valores simbólicos, estéticos, culturais e sociais dados a ele.

Quando nos referimos ao turismo como meio de deslocamento humano, amparado por um sistema de serviços nos quais sustenta-se à permanência de visitantes a um destino, podemos dizer que este fluxo é motivado das maneiras mais diversas e busca através da experiência cultural e de sensações variadas.

Autores como Hernandez e Tresseras (2001), definem que o patrimônio cultural constitui um dos recursos básicos para a configuração de um destino turístico que devemos valorizar e transformar em um produto a serviço do desenvolvimento local duradouro.

Dito isso, é importante ressaltar que esta valorização do patrimônio passa pela eleição de valores que este patrimônio possui para a comunidade local onde ele está ou estão inseridos e para os grupos de atores sociais que ali vivem. Esta concepção de valores percorre caminhos como a oralidade, a educação formal além de mecanismos como a criação de políticas públicas de educação, de preservação e manutenção.

O turismo, fenômeno social citado anteriormente como forma de deslocamento humano, depende para seu funcionamento de uma rede de serviços como acessos, transportes, meios de hospedagem, serviços de restauração e mesmo comércio específico como a indústria do *souvenir* para que se mantenham fluxos de visitação e que sejam adotadas estratégias para valorizar e promover os destinos.

Esta relação de valores, aliada ao grau de importância depositados na preservação e manutenção do patrimônio como legado para o presente e para o futuro pode não possuir o mesmo valor aos diferentes grupos sociais que ali residem.

Educação patrimonial, turismo, valorização e inserção cultural

A educação patrimonial é entendida como um caminho pedagógico na construção da valorização dos bens patrimoniais em determinados espaços onde convivem diferentes grupos sociais. Entendido não somente como bens culturais móveis e imóveis, que segundo Queiroz (2004) “vai muito além da matéria, se fazendo presente em outras tantas formas de expressão cultural de nossa sociedade, de norte a sul do país”.

Ainda podemos acrescentar que o patrimônio também é formado por saberes, celebrações e formas de expressão de um povo: festas, gastronomia, artes e artesanato, língua e forma de falar, relações sociais e valores sociais de uma comunidade representada nos espaços pública, popular e coletiva.

Neste conceito de patrimônio, antes de falarmos de educação patrimonial cabe a consideração e o conceito de educação, que segundo o Dicionário Aurélio “é vista num sentido mais amplo, como um processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando a sua maior integração social e individual”.

A institucionalização do patrimônio nasce no final do século XVIII, com a visão moderna de história e de cidade. É na época conhecida como “das luzes” que os patrimônios históricos, constituídos pelas antiguidades, tem uma renovação iconográfica e conceitual. A idéia de um patrimônio comum a um grupo social, definidor de sua identidade e enquanto tal merecedor de proteção perfaça-se através de práticas que ampliaram o círculo dos colecionadores e apreciadores de antiguidades e se abriram a novas camadas sociais: exposições, vendas públicas, edição de catálogos das grandes vendas e das coleções particulares.

A própria Renascença foi um período em que as monarquias européias se desinteressam pelos prédios da Idade Média, colocando empenho em construir prédios novos, de acordo com os gostos da época. É importante salientar que os interesses destes grupos não se davam no campo da sensibilidade patrimonial, ou se, ao contrário, segundo Hernandez

(2002), “este interesse se movia de costas ao patrimônio monumental pelo fato de que eram outros os interesses da elite na época”.

Quanto à importância de transmitir informações e criar o conceito de valor de manifestações culturais, saberes, edificações e outros expoentes da produção humana entendidos como patrimônio, Horta (1999) entende como “um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”.

Queiroz (2004) na sua reflexão sobre educação patrimonial e cidadania complementa dizendo que esta forma de educação torna-se um “poderoso instrumento” de reencontro do indivíduo consigo mesmo, resgatando sua auto-estima através da revalorização e reconquista de sua própria cultura e identidade, ao perceber seu entorno e a si mesmo incrustado em um contexto cultural próprio e muitas vezes único.

Para Machado (2004), a ação mais eficaz para garantir a preservação do patrimônio cultural passa, necessariamente pelo conhecimento e pela difusão da sua existência, ou seja, a educação das futuras gerações é condição necessária para a apropriação e conservação do patrimônio de uma comunidade, seja ela local, regional ou mesmo nacional.

Como forma de preservar obras de épocas pregressas, saberes e construções simbólicas de importância para determinados grupos sociais, resulta curioso entendermos o pertencimento de algo como “nosso” a partir do discurso deste pertencimento e do valor agregado de manutenção para gerações futuras como forma de preservar através da educação e do respeito aos símbolos e signos.

Segundo Beltrão (2002), o homem produz uma forma específica de adaptação ao meio ambiente que envolve tanto a produção de conhecimento e como a de técnicas, isto é, comportamentos padronizados, que são apreendidos e transformados por cada geração. Neste sentido é que o homem construiu através de sistemas simbólicos, um ambiente artificial no qual vive e o qual está continuamente transformando.

O sentido de preservação no entender de Marés, “não é pela materialidade existente, mas pela representação, evocação ou memória que lhe é inerente”, ou seja, preserva-se

porque determinado bem material tem um valor – é portador de referências para a sociedade ou para segmentos dela, inclusive como forma de dominação. Assim como há esquecimento e memória, no caso da arquitetura há demolição e preservação. Não se pode preservar tudo pois as áreas urbanas ficariam cristalizadas. Então a quem caberia definir o que deve ser preservado?

Esta situação, segundo Jeudy (2005), pode ser manipuladas de acordo com os valores pré'-estabelecidos por elites locais ou grupos econômicos que ditam o que ou quais valores podem e deve ser preservados e mantidos, motivo polêmico, pelo qual a preservação ganha força política e econômica motivada por interesses do partido político de plantão e de grupos responsáveis pelo mecenato nesta manutenção.

Turismo cultural – visitar através da história do lugar

Antes de conceituarmos turismo cultural, devemos definir os atores deste processo: os turistas culturais. Pode-se definir aquele turista que busca a cultura próxima da autêntica daquele que busca o espetáculo, cuidando de observar o perfil de cada grupo ou indivíduo e qual é sua intenção de busca. Na tipologia dos tipos de turista, temos a definição do turista cultural como “busca o pitoresco ou vestígios do estilo de vida locais tradicionais, que talvez possa coincidir com o passado da cultura própria; Inclua-se a isso costumes e idiomas diferentes. Este turista trata de informar-se o melhor possível sobre estes” outros”, o turista participa em sessões de comidas típicas, festas rústicas, no folclore e inclusive algumas vezes em esportes populares onde sempre está presente a câmara fotográfica”. (Smith, 1989).

Para McKercher (2002) existem cinco tipos de turismo cultural que se baseiam na centralidade do motivo da viagem e na profundidade da experiência:

Turismo Cultural Proposital: os turistas aprendem sobre outras culturas ou patrimônio e este é o maior motivo para visitar um determinado destino. Este tipo de turista busca aprofundar suas experiências culturais;

Visitante de Pontos de Interesse em uma cidade: busca informações sobre outras culturas e sobre o patrimônio, sendo que sua visita é motivada por este fim. Este tipo de turista é mais bem superficial ou frívolo, sendo que sua viagem está mais orientada ao lazer;

Turismo cultural casual: este tipo de turista busca no patrimônio e na cultura um limitado espaço dentro de sua escolha do destino, tornando por fim uma visita superficial.

Turismo Cultural Incidental: A decisão de escolha do destino cultural e suas atrações não possuem muita profundidade ou peso. Entretanto, durante o tempo de permanência o turista participará de atividades turísticas culturais (festas, exposições, procissões, mostras de arte, festival de música ou teatro etc) tendo assim uma experiência superficial.

Turismo Cultural *Serendipista*: A escolha do local pela cultura ou patrimônio possui pouca ou quase nenhuma importância na decisão da visita ao destino, porém estando ali os turistas fazem agradáveis descobertas e acaba tendo uma profunda experiência no lugar visitado.

Para este “novo turista” a principal atividade de sua viagem está determinada pela possibilidade em participar de novas e profundas experiências culturais, tanto no plano estético como no intelectual, emocional e psicológico (Stebbins, 1996, p.948) assim experimentar a cultura no sentido de uma forma diferente de sua vida (Hughes, 1996,p.707).

No que se referem às práticas cotidianas, o turista cultural é curioso por natureza (Santana, 2003) e tenha ou não no destino turístico o exotismo, ele necessita tanto como o turista de massa de algo conhecido que lhe dê confiança e inspire segurança. Assim que o turismo de cultura ainda que comporte na maior parte das vezes um menor número de componentes possui relações com seu homônimo de massas.

O que difere o turismo cultural do de massas é que o produto final é organizado e pensado de tal forma onde se padronizam fatores sociais, financeiros e geográficos para

tornar acessível a um grande número de pessoas, a preços competitivos, importando a quantidade e a homogeneização, baseando-se no volume e não na forma.

A valorização de tais manifestações culturais passa também por um processo de escolha de diversos setores, além do grupo envolvido, da comunidade local e dos setores públicos, temos também o contexto econômico e o contexto científicos-profissional (Universidades e instituições de pesquisa) no que diz respeito a sua originalidade e sua importância como patrimônio intangível.

A importância da cidade ou de seus espaços como cenário onde se desenvolvam atividades ou manifestações contam como valor agregado (paisagem natural e antrópica, patrimônio edificado, recursos cênicos e serviços), e também como elementos de permanência de turistas e de visitantes que acorram ao local da festa.

Podemos citar o caso de várias cidades que possuem envolvimento de suas comunidades, com dinâmicas como teatro e encenações de momentos históricos, de passagens importantes da cidade (Piratini – RS, Tiradentes – MG) ou invenção de tradições com elementos da mídia (Nova Jerusalém – PE) e da história (Boston – EUA, Salem – EUA) em que grupos locais se envolvem, promovem a cidade e agregam cor ao cotidiano da cidade, de seus habitantes dos turistas que buscam algo diferente dentro de propostas de interação e de descoberta.

Os recursos culturais que articulam esta costura cultural e social são caracterizados por três segmentos: o equipamento dos espaços culturais como museus, teatros, auditórios, bibliotecas. As iniciativas ou manifestações culturais que dotam de conteúdo a dito equipamento (representações teatrais, exposições temporais etc); e os operadores que impulsionam e apóiam a oferta cultural de cada localidade (administrações públicas e fundações). O grau de dinamismo de uma cidade resulta da interação destas três dimensões, que por sua vez derivam da potência econômica urbana e da tradição cultural da comunidade local, especialmente de sua elite dominante.

Estes recursos culturais geram imagens de interesse, tanto aos agentes locais como de fora. A criação da imagem para posterior divulgação destas manifestações para determinados

segmentos, depende do grau de atração que desperte e da rede de serviços que possa ser oferecida. Esta avaliação inicial dependerá de contatos pré-estabelecidos pelos atores sociais envolvidos no processo.

No caso específico do turismo cultural, baseado em que as necessidades dos turistas mudam de acordo com o produto oferecido e seu preço, tido como de menor impacto (Stebbins, 1997), onde se busca um diferencial do lugar visitado a partir de determinados gostos (arte, comidas, música ou arquitetura), aquisição de certo tipo de conhecimento (língua estrangeira, história da região ou do país), ou de desenvolver um particular senso social (como falar com as pessoas do lugar, estar de acordo e respeitar as normas locais) a festa pode compor tais necessidades.

A relação do patrimônio cultural com o turismo pode ocorrer também de acordo com Valls (1996):

- a) O patrimônio pode constituir-se como um produto turístico *per se*, capaz de integrar, junto a oferta hoteleira básica, um motivo de compra autônomo. Casos da monumentalidade de determinados monumentos, festas ou mesmo edifícios considerados bens de importância para preservação (ex: Torre Eiffel, Pirâmides do Egito, Carnaval do Rio de Janeiro etc);
- b) O patrimônio pode ser apresentado associado a um produto turístico integrado (pacote). Seria o caso das viagens organizadas no continente europeu, onde o patrimônio é combinado com outros atrativos lúdicos e com cidades que são destinos habituais;
- c) O patrimônio, finalmente – o caso mais freqüente e que mais tem proliferado durante estes últimos anos – pode se constituir em um valor agregado para destinos turísticos que não tem o patrimônio como principal atrativo, como motivo de compra básica.

A relação entre setor privado leia-se empresários do turismo e o patrimônio pode ser considerada como uma relação comercial, porém cabe destacar que sem um o outro não sobrevive, claro está que a diminuição de visitas a determinados sítios históricos é uma das estratégias de contenção de impactos negativos ao patrimônio, negociado a partir da ameaça que este patrimônio sofra.

Medidas como capacidade de carga física para visitar locais que necessitam de baixo impacto no volume de pessoas até mesmo a educação daqueles que visitam como o simples fato de não usar *flash* de máquinas fotográficas que podem prejudicar o bem patrimonial.

É necessário entender que o setor turístico organizado como se conhece é um setor empresarial como qualquer outro e segue, portanto uma lógica de maximização de benefícios e minimização de riscos. Dentro desta lógica, a empresa turística pode se aproveitar do patrimônio para vender seus serviços, porém segundo Valls (1996), dificilmente ativará recursos patrimoniais para convertê-los em produtos turísticos.

Conclusões não conclusivas

O turismo cultural pode ser um importante aliado na preservação e na manutenção da memória viva de manifestações cultural materiais e imateriais. Sabemos que o turismo como fenômeno social, baseado no deslocamento humano se alimenta da cultura ou da diversidade cultural das comunidades visitadas, baseado em um sistema de atrações e de serviços oferecidos – transportes, hospedagem, restauração, imagem projetada e promoção dos destinos – compondo com outros recursos como a gastronomia, o artesanato e a comunidade local ponto de partida para a manutenção do destino e da sua comercialização.

A comunidade local leia-se grupos de atores heterogêneos que vivem no mesmo território, possuindo muitas vezes interesses dos mais diversos sobre os mesmos objetivos podem ser envolvidos em um processo de turismo cultural através de ações como a educação formal e informal – teatro de rua, museu aberto, palestras, intervenções artísticas temáticas etc – onde se sintam participante, envolvido e motivado a entender, preservar e zelar e

transmitir a gerações futuras a importância da manutenção dos símbolos e signos do patrimônio cultural e natural como forma de continuidade.

Segundo Macua (1996, p. 80), a aprendizagem do prazer faz possível a inteligência recorra aos sentidos para adquirir a informação necessária que proporcione o prazer de ver as coisas, de saber lê-las e escutar-las, de reconhecer sua mensagem e recordar seu aroma ou sua imagem. É preciso que seja o visitante quem busque, descubra e encontre aquelas sensações que lhe levem a experimentar o prazer de conhecer e possuir os bens culturais, não através de uma ordem previamente imposta, senão deixando em liberdade para realizar os passeios, entendendo que existem várias formas de ver, sentir e de situar-se de cara ao patrimônio e degusta-lo.

O envolvimento da comunidade local passa pela educação, pela sensação de “pertencimento patrimonial” e por uma política pública de valorização e de conscientização do que foi dito antes. O problema destas relações pode estar na falta de inclusão, quando um discurso patrimonial elitista e distante pode afastar setores das comunidades por sua situação social, econômica e cultural, proporcionando assim uma gentrificação disfarçada de política cultural, onde o turismo cultural aja como um vetor negativo e não estímulo a novas práticas de inclusão social.

Sem um entendimento das seguintes variáveis: educação, patrimônio edificado e imaterial e também de um turismo cultural que vise uma ampla relação entre a visitação comercial, preservação e inclusão social, torna-se inócua uma estratégia de promover o turismo cultural como forma de desenvolvimento de localidades ou de saída para problemas sociais e econômicos.

Este texto buscou questionar as dinâmicas de turismo e cultura, o discurso da moda de preservar, manter e resguardar, onde muitas vezes está embutido um discurso elitista, preconceituoso e que alija de processos sociais grande parte das populações que poderiam criar novas dinâmicas culturais e de legitimidade da cidadania a partir de políticas públicas de inclusão social onde o turismo cultural possa vir a ser um aliado no processo de geração de

oportunidades de emprego e renda, revitalização de centros históricos com a participação de grupos de atores locais identitários ao lugar..

Referências

- BELTRÃO, A. R. Patrimônio Cultural: Novas Fronteiras. *Revista eletrônica Prima Facie* – ano 1, nº 1, jul/dez. 2002.
- HERNANDEZ, Francisca Hernandez. *El Patrimônio Cultural: La Memória Recuperada*. Gijón: Editorial Trea, 2002.
- HERRERA, J.B. e TRESSERAS, J.J. *Gestión Del Patrimônio Cultural*. Barcelona: Editora Ariel, 2001
- HORTA, Maria de Lourdes P., GRUMBERG, Evelina, MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial. 1999.
- JEUDY, H. P. *Espelho das Cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- MACUA, J.I. “Turismo y Patrimônio: Matrimonio de Conveniência” em *El Impacto Del Turismo em el Patrimônio Cultural. La Antigua Guatemala*. Espanha: Universidade de Alcalá de Henares, p. 71-91, 1996.
- MACHADO, Maria B. P. *Educação Patrimonial – Orientação para Professores do Ensino Fundamental e Médio*. Caxias do Sul: Maneco Editores, 2004.
- MCKERCHER, B. “Towards a Classification of a Cultural Tourists”. *International Journal of Tourism Research*, 4:29-38, 2002..
- SANTANA, A. Patrimonios Culturales y Turistas: Unos leen lo que otros miran. *www.pasosonline.org* ; 1(1): 1-12, 2003.
- STEBBINS, R.A. Identity and Cultural Tourism. *Annals of Tourism Research*, vol. 24(2):450-452, 1997.
- _____. Cultural Tourism as Serious Leisure” en *Annals of Tourism Research*, 23(4):948-950, 1996.
- QUEIROZ, M. N. *A Educação Patrimonial como Instrumento de Cidadania em* *www.revistamuseu.com.br* , 2004.